

## Democracia eletrônica e televisão no Brasil

### Os telejornais como espaço de disputa por hegemonia política e cultural

Iluska Coutinho<sup>1</sup>

*Resumo: Principal meio de informação de grande parcela da população a televisão ocupa um lugar central na sociedade brasileira. Os telejornais atuam como ator social de destaque nessa esfera pública mediatizada, constituindo um laço social à distância segundo a concepção de Wolton. Mais que isso, através da veiculação diária dos conteúdos jornalísticos, os telejornais de rede se apresentariam como espaço para a difusão e o debate de diferentes vozes e/ou ideologias, se constituindo, ao menos em tese, como uma espécie de democracia eletrônica. As entrevistas veiculadas no Jornal Nacional e sua forma de edição e apresentação são o recorte desse estudo. Através da análise dos conteúdos e dos textos e discursos, de fontes e jornalistas, que constituem o programa, as edições do programa noticioso de maior audiência da TV brasileira são abordadas como um espaço de disputa por hegemonia política e cultural.*

Sua chegada ao país, ocorreu pouco mais de cinco décadas atrás, mas atualmente seria difícil encontrar um brasileiro médio que pudesse imaginar sua vida, suas relações com a sociedade, e mesmo com seus vizinhos, sem a existência, as imagens em cores e sons da Televisão. Partimos aqui da consideração de que a TV é um importante ator social, especialmente levando em conta seu papel como principal meio de informação de um país em que a escrita ainda é uma forma de exclusão social, mas mais que isso, é em torno dela que se organizam também os espaços de lazer, de troca, e mesmo de discussão e debate no Brasil.

Parece claro que parte dessa relação da TV com a sociedade, com os cidadãos de cada país, guardadas as devidas colorações nacionais, poderia ser considerado um fenômeno quase mundial, especialmente em tempos de globalização econômica, e de commodities, produtos culturais. Contudo, está presente em nosso estudo um recorte metodológico que nos permite a opção por tratar do caso brasileiro como objeto de estudo privilegiado, e com especial ênfase para as inspirações e/ou influências americanas nesse cenário, especialmente como parte de um projeto de pesquisa maior.

---

<sup>1</sup> Iluska Coutinho é jornalista, mestre em Comunicação e Cultura (UnB) e doutoranda em Comunicação Social (Umesp). Professora do curso de Comunicação S. da Faesa – Vitória/ES atualmente desenvolve pesquisa na Columbia University, em Nova Iorque, com bolsa sanduíche Capes.

Assim, a partir da definição de nosso objeto, poderíamos considerar que a televisão brasileira ocupa o espaço de uma “esfera pública mediatizada”, tal como formulou Dominique Wolton. Algumas vezes, porém, o papel de muitas emissoras, e tomamos aqui como foco o caso da Rede Globo de Televisão, vai além da representação e/ou funcionamento de um fórum de debate de idéias, se convertendo também em espaço do jogo político efetivo, de disputa pela hegemonia, em uma “Democracia eletrônica”, uma conceituação que carrega traços de ironia que pretendemos explicitar ao longo do artigo.

O conceito de hegemonia que utilizamos nesse trabalho de análise é de “uma forma de poder de fato que, no continuum influência-domínio, ocupa uma posição intermediária” (Bobbio, 1995, p.579). Através das falas, texto de um programa jornalístico veiculado em rede nacional, as diversas vozes que compõem seu discurso, os “falantes” estariam também em busca de obtenção de uma visibilidade e/ou legitimidade públicas, ou ainda da capacidade de direção intelectual e moral que conferem à classe dominante, ou aspirante ao poder, o papel de guia, de detentora do consenso em determinada cultura ou sociedade, característica da hegemonia em termos gramscianos.

Nesse breve artigo tentaremos evidenciar como um tipo específico de programa, os telejornais de rede, se converte em um tipo de arena política em que os entrevistados são os participantes explícitos deste fórum de disputas. A meu ver seria importante analisar no futuro e com o rigor científico necessário, inclusive, se essa constituição dos programas informativos exibidos em rede nacional como espaço de trocas argumentativas, de explicitação de posicionamentos políticos diversos, seria um fenômeno recente, resultado de um processo maior de “redemocratização” que teve início no Brasil nos anos 80, com a campanha “*Diretas Já*”, ou de consolidação anterior, talvez coincidente com a constituição das redes nacionais de televisão.

Minha proposta nesse estudo é de que as entrevistas exibidas nos telejornais sejam analisadas também como expressões de uma disputa por poder de fala, de visibilidade. Mais que surgir como fonte de informação, e portanto detentora de um saber específico, a edição de uma entrevista, a inserção de uma fala externa à Rede Globo, aos narradores globais dos acontecimentos, tem um espaço de destaque na representação que é exibida de segunda à sábado às 20h15. Ao aparecer como “falantes”, terem suas vozes veiculadas no

Jornal Nacional, os entrevistados assumem uma espécie de co-autoria no texto que se constitui em rede nacional como, “aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo naquele dia”, para usar a definição do editor-chefe do telejornal, William Bonner (O Globo, 30/9/2001).

Nesse jogo político que se constitui através das falas editadas em cada matéria, bloco, ainda haveria dimensões que estariam “latentes”, como a ordem de organização dos conteúdos no noticiário, a forma de apresentação e a edição das entrevistas e dos discursos da emissora.

Para dar suporte à essa perspectiva de análise elegemos como nosso objeto empírico as edições de 19 a 23 de março de 2001 do Jornal Nacional, programa jornalístico de maior alcance da TV Brasileira, apesar do processo de perda audiência da Rede Globo de Televisão, evidenciado em estudo intitulado “A Deusa Ferida” (Borelli & Priolli, 2000). O material será submetido a uma análise de conteúdo, com ênfase para as etapas de análise de entrevistas, segundo aporte metodológico proposto por Akiba Cohen (1989).

Em um estudo comparativo sobre o tempo e a forma de utilização de entrevistas em telejornais de três países (Estados Unidos, Inglaterra e África do Sul), ele destaca que, a despeito dos noticiários de televisão terem uma estrutura bem semelhante em muitos países ocidentais, a maneira de conduzir as falas de autoridades, especialistas e populares é distinta nos telejornais analisados: “(...)news interview is an interface in which the news organization and its representatives (i.e. anchors and reporters) come into contact and interact in a face-to-face manner with the public through its various representatives. (...) is a forum of *interpersonal communication* within the *organizational* framework.” (Cohen, 1989, p. 435).

Em seu estudo o professor analisa o número de entrevista de cada telejornal, o tempo de fala de cada uma das fontes ouvidas e ainda a edição recebida pelo material, o que inclui especial atenção à inclusão ou não da pergunta do repórter nas matérias que vão ao ar e ainda a linguagem e entonação dos jornalistas nas questões formuladas. Em sua análise as entrevistas noticiosas deveriam ser consideradas uma forma de mediação ou intervenção na relação estabelecida entre o entrevistado, especialista, e o público. Mas, nas emissoras que vivenciam um alto grau de competição, como as americanas, essas “falas” ou “interações”

seriam muito breves, reduzidas, apesar de grande número de entrevistados presentes no conjunto telejornal. Em síntese, para Cohen “News interviews are usually short and are framed by the ‘entertainment imperative’” (1989, p.449).

Tentando aplicar parte do referencial metodológico deste estudo comparado, vamos inicialmente traçar um breve panorama das atividades jornalísticas da TV Globo, uma das empresas do maior conglomerado de comunicação do Brasil, as Organizações Globo, que ocupam a 25ª posição na listagem dos cinquenta maiores faturamentos no setor de entretenimento (Variety, 28/8/2001). Afinal, para bem entender como se dá a interação das fontes com seus jornalistas, é preciso ter em conta qual o espaço público, político e social ocupado pela emissora, que busca se afirmar como arena de uma democracia eletrônica ao insinuar um encontro entre os atores da sociedade brasileira em um de seus slogans: “A gente se vê por aqui”, promete.

#### Televisão como meio de integração nacional

Inaugurada oficialmente em 18 de setembro de 1950, a história da Televisão no Brasil registra relações no mínimo “complexas” entre iniciativa privada, governo e o que poderíamos chamar de “ideologia de integração nacional”. Esse relacionamento se torna especialmente particular durante as décadas de 60 e 70, quando o Brasil, e a sociedade brasileira via televisão, passam a contar com a tecnologia de transmissão de imagens via rede terrestre de microondas. Até a década de 80, com a chegada do satélite, estavam interligadas apenas as regiões sul, sudeste e parte do nordeste brasileiro. Vale dizer que é nessa região que há maior concentração populacional e também da renda nacional.

Há uma estreita relação entre o desenvolvimento de uma nova tecnologia e a ideologia, como já nos alertou Carey, ao analisar as mudanças e os efeitos introduzidos não apenas na sociedade americana, mas também na forma em que a vida moderna seria conhecida, estudada, analisada. Em capítulo do livro *Communication as Culture* ele destaca que “(...)the telegraph was not only a new tool of commerce but also a thing to think with, an agency for the alteration of ideas.” (Carey, 1989, p.204). No caso brasileiro poderíamos nos valer desse raciocínio e, por analogia, aplicá-lo ao que representou a instalação de uma rede de televisão de alcance nacional, quando em setembro de 1969 entrava no ar o Jornal Nacional.

O processo de rápida aquisição da tecnologia de transmissão de imagens por satélite no Brasil, viabilizado pela Embratel, então uma empresa que pertencia ao Estado brasileiro, está diretamente relacionado a uma perspectiva de utilização dos meios de comunicação de massa como forma de conduzir o desenvolvimento nacional. Nesse aspecto uma televisão com alcance nacional era vista como instrumento para a difusão de informações e idéias que tornassem possível em um país com dimensões continentais, como o Brasil, a modernização e efetiva salvaguarda dos interesses nacionais.

Em termos acadêmicos o final da década de 60 era também o momento em que ganhava destaque a linha de pesquisa, estudos Comunicação e Desenvolvimento. Constituindo-se no que poderíamos considerar uma sub-área de conhecimento, a perspectiva da Comunicação e Desenvolvimento poderia ser definida como um espaço para a realização de estudos que investiguem e/ou relacionem a existência de veículos de comunicação de massa com o processo de desenvolvimento de determinado país e/ou região. Interessava a estudiosos como Daniel Lerner e Wilbur Schramm, cujas pesquisas estão relacionadas a história dessa sub-área, investigar o poder dos media no processo de desenvolvimento nacional.

Assim em termos mundiais essa sub-área de estudos é “atravessada” por temáticas como: modernização, difusão de modelos/ saberes, comunicação internacional, subdesenvolvimento. O enfoque, sempre, se refere ao papel e /ou impacto dos meios de comunicação de massa em processos que algumas vezes tem enfoque econômico e noutras do chamado desenvolvimento social positivo.

No Brasil essa linha, perspectiva de estudos, representava um suporte teórico para as decisões tomadas pelos então ocupantes do poder executivo no Brasil, os militares. Desde 1964, e durante todo o processo de instalação das redes de televisão no país, o estado brasileiro era comandado por autoridades do exército, em um período de triste e dolorida memória para grande parte dos jornalistas, pesquisadores, da população brasileira, a Ditadura Militar.

Em outras palavras poderíamos dizer que os militares optaram por utilizar orçamento público para garantir a difusão do sinal de televisão, e da ideologia de segurança nacional, por todo o território brasileiro: “(...)a TV realizou o sonho de integração

nacional, agindo como ‘ponta-de-lança’ na implantação de uma mentalidade modernizadora do Brasil.” (Gleiser, 1983, p. 19). Apesar de me faltarem evidências concretas para comprovar essa hipótese, não seria difícil supor que os ocupantes do governo no Brasil buscaram inspiração na experiência dos Estados Unidos que, segundo MacDonald, desde a decisão da FCC sobre a limitação de 30 canais no espectro VHF, tinham se tornado “one nation under television, network television. TV would be for broad, indiscriminate tastes” (McDonald, 1995, p.37).

O caso brasileiro guarda algumas características que tornam particular sua posição em termos de desenvolvimento da comunicação em todo o mundo. Apesar do grande investimento financeiro para interligar o país através de “micro-ondas” e de satélites ter sido público, com recursos do Estado brasileiro, a grande parceira dos militares nesse processo foi uma instituição privada, uma cadeia particular de emissoras de televisão, convertida em rede também a partir da propriedade de um satélite para transmissão de sua programação em todo o país. A Rede Globo de Televisão poderia ser apontada como uma, senão “a”, grande beneficiária das decisões e ações governamentais de interligação do país via tecnologia de transmissão simultânea de imagens e sons. Assim, o primeiro programa a ser exibido em rede nacional, com alcance em vários estados brasileiros, foi exatamente o *Jornal Nacional*, telejornal que será analisado por nós como um espaço de disputa de poder de fala, de autoridade argumentativa, política e cultural no Brasil.

Esse raciocínio sobre as relações de proximidade entre a Rede Globo de Televisão e o Regime Militar, apesar de não contar aqui com as desejáveis comprovações científicas ou teóricas, era então corrente na sociedade brasileira, especialmente nos meios jornalísticos, nas universidades. É o que registra Rezende, em um trabalho que analisa o perfil editorial nos telejornais brasileiros: “Como contrapeso de suas virtudes técnicas, o *Jornal Nacional*, logo no início, teve de enfrentar o estigma que perseguiria a TV Globo por muitos anos: a afinidade ideológica com o regime militar. (...) A integração nacional pela notícia, via *Jornal Nacional*, e o endurecimento da ação do governo militar começavam no mesmo dia” (Rezende, 2000, p.110).

Além da associação na aquisição da tecnologia de transmissão por satélite a postura assumida pelo dos militares, quando na década de 60 foi denunciada a ilegalidade da

associação da Globo com o grupo americano Time-Life, reforçava a idéia de um tratamento diferenciado do governo brasileiro para com a emissora. Esse acordo foi responsável pelo injeção de capital americano nas comunicações eletrônicas brasileiras e, especialmente, pela transferência de tecnologia de transmissão e de produção para os profissionais da televisão brasileira, em seus primórdios. Assim, quando o acordo foi desfeito, já que sua ilegalidade foi comprovada em comissão de investigação instalada no Congresso Nacional, a emissora brasileira devolveu os recursos vindos do exterior mas já tinha absorvido o “capital fundamental”, na análise do professor Murilo César Ramos, a técnica de produção de conteúdos, o “how to do” (Ramos, 2001).

O “atraso” no impedimento do acordo reforça a crença de que essas ligações entre a Rede Globo e o Regime Militar eram realmente próximas. Aliado à isso, o fato da censura ter sido uma companheira de todas as organizações jornalísticas brasileiras até o início da década de 80, poderia nos indicar que a localização, funcionamento, do Jornal Nacional como espaço de pluralidade de vozes, argumentações, ainda que nas emissoras de TV comerciais mediada pelos critérios de edição/ apelo audiência, como destacou Cohen, é um fenômeno que seria coincidente com a abertura política, com a saída dos militares do poder.

Por outro lado, embora os telejornais tenham apenas mais recentemente aproximado seus conteúdos do que poderíamos considerar uma “democracia eletrônica”, no sentido de que anunciam oferecer uma visão mais plural de diferentes posições políticas e culturais, o fato é que o Jornal Nacional sempre ocupou lugar de destaque na sociedade brasileira, podendo ser considerado como uma espécie da arena da vida pública no Brasil. Como destacou Luiz Gleiser, o programa “resume o dia ao inaugurar a noite, reforçando os papéis e posições instituídos na sociedade brasileira, domesticando a realidade, trazendo os aspectos da realidade reorganizados e arrumados para dentro do espaço organizado e arrumado do lar.” Gleiser, 1983, p. 60).

Entrevistas como espaço para a pluralidade de expressão: limites técnicos ao funcionamento de uma democracia em rede nacional.

Como produto jornalístico os telejornais de rede se apresentam como a expressão da realidade nacional, ou ao menos dos acontecimentos e temas mais importantes no país além

de também oferecerem um breve panorama no cenário mundial. Assim, os discursos e falas que são veiculados nesse espaço, além de adquirirem visibilidade nacional, com a transmissão dos conteúdos, som e imagem, por todo o país, também recebem uma espécie de marca de relevância, ou simplesmente, os entrevistados seriam investidos do “poder de fala”, com o reconhecimento de um tipo de autoridade midiática ou televisiva, ainda que apenas expressa em poucos segundos.

Seguindo o modelo de pesquisa utilizado por Cohen na análise comparada de entrevistas de telejornais de três países, em nosso estudo, concentramos nossa atenção em quatro aspectos fundamentais: o número de entrevistas e de histórias apresentadas em cada programa; a edição, exibição da pergunta formulada pelo repórter; o tempo de fala e a identificação do entrevistado. Essa última “categoria”, acrescida ao modelo de investigação original, tem o objetivo fundamental de ressaltar que parcela da sociedade o entrevistado “representa”, na medida em que, ao menos hipoteticamente, consideramos o telejornal como uma arena, uma espécie de “democracia eletrônica”.

Na medida em que seria impossível ouvir todos os brasileiros em um programa diário, a apresentação das falas, aqui considerada uma ação ou expressão de poder, se daria por representação. Através da análise, identificação do grupo ou setor da sociedade a que pertence cada entrevistado, estaremos tentando confirmar a hipótese de que há efetivamente uma pluralidade de vozes, saberes no material exibido em rede nacional, se os telejornais atuam no sentido de constituir de fato uma democracia eletrônica ou se, a partir das falas de determinados atores privilegiados implantariam um consenso narrativo.

O conceito de consenso narrativo que utilizamos aqui é o impresso por David Thornburn ao propor a análise da televisão como meio estético, na medida em que deveria ser apreendido a partir de um método narrativo, ou literário. O consenso narrativo seria um sistema ou forma de organização dos discursos presente na maioria das sociedades, senão em todas. Ainda segundo ele, “Systems or institutions of consensus narrative are always complex mirrors of their societies.” (Thornburn, 1988, p. 58).

Assim, a partir da transcrição das edições do Jornal Nacional no período que vai de 19 a 23 de março de 2001, compreendendo os chamados cinco dias úteis da semana, quando há atividades em todos os setores da sociedade brasileira. A partir daí foram



identificados, inicialmente, o número de entrevistas e de matérias em cada um dos programas veiculados. À título de esclarecimentos é interessante salientar que o que aqui chamamos de matéria é a cobertura de um tema por uma equipe de reportagem, tendo como resultado a exibição de um videotape editado com imagens em externa e, na maioria das vezes, com a presença de entrevistados e repórter no vídeo.

Durante a semana analisada o Jornal Nacional exibiu um total de 119 entrevistas, recurso presente em quase todas suas 58 matérias. As poucas exceções, ou seja, matérias sem nenhuma fala exterior à organização noticiosa, ocorreram, sobretudo, na cobertura internacional. Assim a média de entrevista por material editado, ou item, para usar a mesma terminologia de Cohen, é 2,05.

Como nos Estados Unidos, que têm uma média de quase três depoimentos por item editado, cada entrevista, autoridade convertida, permanece pouco tempo no ar. O ritmo de edição é frenético, e parece garantir apenas 17 segundos de fama, ou de exercício da “cidadania eletrônica”.

Nas edições do Jornal Nacional analisadas, como aliás parece ser o padrão desse noticiário da Rede Globo, todas as entrevistas são conduzidas pelos repórteres, que atuam como os responsáveis por trazer o mundo, ou melhor, o Brasil para os telespectadores, em “porções” de pouco mais de um minuto, construídas de forma a facilitar a compreensão do tema, ou ao menos de seus aspectos abordados na telinha.

Assim as entrevistas surgem na tela como que “embaladas” pelo texto do repórter que, através da edição, parece introduzir cada fala através de uma espécie de introdução, em que o personagem, “representante do público”, é apresentado, os chamados “ganchos”. Algumas vezes, especialmente nas matérias de caráter mais investigativo ou que envolvem denúncias, há a criação de momentos de tensão, que normalmente é confirmada por um depoimento de impacto, capaz de provocar reações de choque, repulsa, piedade; de aguçar as emoções dos telespectadores.

De modo mais uma vez semelhante ao padrão de apresentação de entrevistas nos noticiários americanos, analisados por Cohen, são muito raros os casos em que a pergunta do repórter é veiculada, sendo na maioria das vezes substituída na edição pelo texto do repórter sobre o qual falamos anteriormente. A questão formulada ao entrevistado, e que

provocou sua fala, aparece apenas sete entrevistas, entre as 119 apresentadas pelo Jornal Nacional no período de uma semana, um índice de 5,88%.

As semelhanças com o padrão americano de organização da notícia poderiam ser evidenciadas pela inclusão de referência de obra publicada nos Estados Unidos no final da década de 60, no modelo de produção apresentado como padrão pela emissora: “Em 1985 a influência norte-americana se consolida com a edição do Manual de Telejornalismo da Central Globo de Televisão. Baseado no livro *Television News*, (...) o manual adapta princípios do jornalismo americano às peculiaridades brasileiras” (Rezende, 2000, p.91). Vale dizer que o manual da emissora é obra também largamente utilizada em cursos de capacitação e mesmo na formação superior, na disciplina de Telejornalismo.

Mais do que apenas resultado da importação da técnica de produção de telejornalismo da terra do Tio Sam, a questão da não apresentação, edição das perguntas formuladas pelo repórter, poderia ter também relações com nossa hipótese inicial, o fato do Jornal Nacional se apresentar como um espaço de exercício da argumentação “livre”, se instituindo como representação de uma “democracia eletrônica”. Retornaremos a esse raciocínio na busca de conclusões para esse artigo. Antes porém é importante identificar quem tem o poder de fala no programa, quem são os entrevistados.

Para analisar a posição dos entrevistados como representantes de determinados grupos sociais, políticos ou culturais, criamos algumas categorias de classificação. Assim, de acordo com a apresentação feita pelo repórter e, levando ainda em consideração as informações apresentadas no vídeo, via gerador de caracteres, com a inclusão do nome e cargo, foram estabelecidos os seguintes oito grupos de fontes: da iniciativa privada; de órgãos públicos e judiciário; sindicalistas; do show-business e/ou astros esporte; internacionais; autoridades políticas; populares e experts.

O primeiro grupo, fontes da iniciativa, foi constituído por representantes de empresas, gerentes, presidentes de organismos empresariais e empresários. Bastante presente nos telejornais apresentados, o percentual de participação do grupo no volume total de entrevistas é significativo: 15,7%. No tipo de abordagem que normalmente está presente na fala desses atores é presente a perspectiva de defesa da propriedade privada, da manutenção dos lucros e ainda da preservação de imagem de suas instituições. Os discursos

em geral transitam pelo âmbito da economia, e de seus reflexos diretos no cotidiano da população.

Já o grupo de representantes e técnicos de órgãos públicos e do judiciário aparece em situações diferenciadas, sendo frequentes nas cinco edições os casos de denúncia de abuso de poder e corrupção ou ainda de um texto do repórter em que há de forma subjacente uma crítica ao funcionalismo, e à sua competência, agilidade de decisões e/ou ações. Assim, ao invés de surgirem na tela como autoridades públicas, normalmente as falas são marcadas quase que por um discurso de defesa que corresponde a 13,6% do total de entrevistas veiculadas no período de análise.

Os sindicalistas, representantes das classes trabalhadoras, surgem em duas situações específicas, a negociação de um acordo com o governo federal, para a correção de perdas do Fundo de Garantia, em função de planos econômicos implantados pelo executivo, e na defesa dos interesses e especialmente da segurança dos funcionários da Petrobrás, que na semana de análise ocupava o lugar de vilã de uma novela transmitida pelo Jornal Nacional, retratando o afundamento da plataforma petrolífera P-36. Ainda assim a sua participação é muito restrita, ocupando apenas 3,5% das falas apresentadas no telejornal.

Este é o mesmo percentual de participação dos integrantes do quarto grupo. Os astros do esporte nacional no Brasil, e em seus telejornais, são convertidos em legítimos representantes do show-business. Assim as declarações dos três jogadores de futebol se referem à negociações de contratos milionários, incluindo a questão do passe, enquanto o piloto Emerson Fittipaldi aparece no papel do mocinho ao prestar solidariedade ao cantor Herbert Vianna, recentemente acidentado.

Dois países dividem a nacionalidade das fontes internacionais, entrevistados do Jornal Nacional em nossa semana de análise: Argentina e Estados Unidos. As matérias que se relacionam ao vizinho e parceiro do Mercosul tratam da recente crise econômica, com espaço para declarações de participantes de manifestações contra o governo e do novo ministro da Economia, Domingo Cavallo. No caso americano a temática é mais “social”, quase sempre em declarações que são apresentadas, ainda que implicitamente, como exemplos a serem seguidos no Brasil: a defesa de direitos dos negros, a confiança na

estabilidade e no futuro econômico do país, a implantação de novos programas na área de educação.

Ministros de Estado, o presidente do Banco Central, deputados, senadores, além do próprio presidente da república surgem grupo “autoridades políticas”. Ao todo são 15 entrevistas, que correspondem a 12% do total de falas exteriores à emissora veiculadas nas cinco edições do programa. O que chama atenção nesse grupo, para além da predominância de personagens ligadas ao governo, é a participação majoritária de fontes do governo federal, que representam 60% das falas do grupo. Essa centralidade do presidente da república e de membros do primeiro escalão ganha ainda mais relevância se levarmos em conta o fato de que, como República Federativa, o Brasil conta com 25 estruturas de governo estaduais, sem falar nas prefeituras e no Congresso Nacional.

No grupo de intitulamos “experts” aparecem aqueles que, segundo são apresentados pela edição do programa, possuem autoridade sobre o tema de que falam. São médicos, pesquisadores, sociólogos, ambientalistas e ainda um autor de denúncia técnica no caso do acidente com a plataforma da Petrobrás. As matérias quase sempre são construídas como descobertas, quer seja de novas tecnologias, como de uso inadequado e ainda de resultados de pesquisa. Esse tipo de entrevista corresponde a 13,6% do total.

O grupo que intitulamos aqui “Populares” é formado por pessoas de mais diferentes Estados, classes sociais, níveis culturais. A unidade é estabelecida pelo enfoque das entrevistas, pela forma como a autoridade do cidadão comum é conferida, como experiência vivida. Assim 32% do total de entrevistas do programa, no período analisado, têm como tema os aspectos pessoais, privados e quase sempre emocionais com que os entrevistados vivenciaram determinada situação.

As narrativas quase sempre buscam o alcance do todo pelo particular, apresentando casos específicos como exemplos que normalmente são acrescidos de estatísticas e de uma significação mais ampla na fala do repórter. Assim os telejornais acabam por se apresentar como mediação entre a experiência vivida pelo outro, cuja fala aparece na tela e mundo, a vida particular de cada telespectador e suas relações com a sociedade. Esse tipo de papel desempenhado pelo veículo TV já tinha sido destacado por Ignatieff ao analisar a chamada

ética da televisão : “(...)television has become the privileged medium through which moral relations between strangers are mediated in the modern world” (Ignatieff, 1998, p.10).

Um outro recurso de texto, audiovisual, utilizado na edição do Jornal Nacional do dia 19 de março de 2001, busca uma aparente inversão do papel tradicionalmente assumido pelos “populares” na edição do programa. Em uma matéria sobre as mudanças derivadas do acordo de correção do Fundo de Garantia há o recurso do “povo pergunta”, quando as dúvidas de seis pessoas, populares que ganhariam destaque à partir de sua inserção na telinha, são editadas como forma de encadear o texto do repórter que nesse momento surge como aquele que tira as dúvidas da população.

Ao analisar a presença das falas dos entrevistados no discurso do telejornal, como um todo, a questão da não edição das perguntas, da forma como os depoimentos surgem na narrativa parece indicar que o programa é produzido para se apresentar como uma instância de debates, discursos livres, autônomos, como a buscar a conhecida metáfora-modelo dos noticiários de televisão como espelho da realidade. Nesse sentido a presença da questão formulada pelo repórter no material exibido, quebraria a aparente “naturalidade” dos discursos, evidenciando a existência de jornalistas como condutores naquele espaço que se apresentaria, até então, como fórum democrático, uma *ágora* eletrônica.

Contudo, uma análise da identidade dos “falantes”, dos entrevistados, e do tempo e tratamento dispensado a eles na edição do programa, nos revela que para além de funcionar como um espaço efetivamente pluralista, como uma democracia eletrônica, o Jornal Nacional se constitui em arena audiovisual para confirmação do poder de um grupo social, de sua ideologia e cultura; para a reafirmação da hegemonia dos empresários, da propriedade e da iniciativa privada no Brasil. As demais falas, grosso modo, exceção aqui feita aos depoimentos de experts, são apresentadas como forma de confirmar o discurso do jornalista, de lhe conferir mais credibilidade ou ainda para despertar as emoções da audiência.

Assim, como espaço de disputa de poder, de fala, de legitimidade, os telejornais, através de seus textos e entrevistas, acabam por contribuir também para a construção de uma nova forma de manifestação ou reação política. “Television is also the instrument of a new kind of politics. (...) At a time when the politics of nation-states, party ideology, and

civic activism alike shows signs of exhaustion, disillusion an impasse, this new politics has shown itself a robust mobilizer of commitment and money” (Ignatieff, 1998, 21-22). Adaptando as conclusões do estudioso americano ao tipo de política e de poder que se reafirma nas entrevistas do Jornal Nacional poderíamos dizer teríamos uma mobilização pelo dinheiro, pela aquisição e acumulação de propriedade, sinônimo na telinha de obtenção também de autoridade de fala.

Referências Bibliográficas

- Bobbio, Norberto. Dicionário de Política – Tomo I. Tradução Carmem C. Varriate (et. Al). 8ª. Edição. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1995.
- Borelli, Silvia & Priolli, Gabriel (Coord.). A Deusa Ferida – Porque a rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência. São Paulo: Summus, 2000. 261p.
- Carey, James W. “Technology and Ideology: the case of Telegraph” in his Communication as Culture. New York: Routledge, 1989.
- Cohen, Akiba A. Answers without questions: comparative analysis of television news interviews. European Journal of Communication (SAGE, London) Vol.4 (1989), 435-451
- Gleiser, Luiz. Além da notícia: o Jornal Nacional e a televisão brasileira. Master dissertation. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. 84p.
- MacDonald, J. Fred. One nation under television: the rise and decline of Network TV. Chicago: Nelson Hall, 1995.
- Ignatieff, Michael. “Is nothing sacred? The Ethics of Television” pp.9-33. in his The Warrior’s honor: Ethic war and the Modern conscience. New York: Metropolitan Books, 1998.
- Ramos, Murilo Cesar. Institutional studies and communications regulation: the case of Brazilian Television. Palestra realizada na New York University: NYC, November 2001.
- Rezende, Guilherme Jorge de. Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.
- Thornburn, David. “Television as an aesthetic medium” pp 48-66 in Carey, James W. (Edit). Media, myths and narratives: Television and the Press. London: Sage Publications, 1988.
- “The Global 50’s: the bigger entertainment companies”. Variety. 8/28/2001.
- “Os bastidores do ‘Jornal Nacional’”. Elena Corrêa. Revista da TV, p. 10. O Globo. 30/9/2001.